

AS ARTES INDÍGENAS NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA INDÍGENA NA EXPERIÊNCIA DO PIBID

Pedro dos Santos Diniz¹
Metusalém Engracio dos Santos²
Dr^a.Patricia Cristina de Aragão³

RESUMO: Este artigo aborda a experiência do ensino de história e cultura indígena no âmbito do PIBID em História da Universidade Estadual da Paraíba em que apresentamos como objetivo compreender como é possível ensinar a história e cultura indígena no Ensino Médio a partir da perspectiva cultural, evidenciando como as artes dos povos indígenas expressam aspectos relevantes de sua identidade, cultura e história. A discussão sobre o ensino de história e cultura indígena na educação básica envolve pensar o lugar dos povos indígenas na História ensinada nas escolas, bem como, os processos de exclusão histórica que esses povos enfrentam e a necessidade de ressignificação dos espaços de ensino a partir da valorização da diversidade e da inclusão. A metodologia utilizada consiste na análise qualitativa e na pesquisa bibliográfica e documental, desse modo, apresentamos inicialmente uma discussão sobre as questões que envolvem o ensino de história e cultura indígena no Brasil, em seguida, empreendemos a descrição e análise da experiência do minicurso, em que discutimos as possibilidades de abordar a cultura e a história indígena a partir das artes, em especial as pinturas corporais e as artes contemporâneas indígenas, pois, buscamos compreender os avanços alcançados pela lei 11.645/2008 e os desafios que ainda persistem no ensino da temática indígena após quinze anos da aprovação deste marco legal.

Palavras-chave: História, Povos indígenas, Iniciação a docência, Ensino de História, História e cultura indígena.

INTRODUÇÃO

A promulgação da Lei 11.645/2008, representou um grande avanço na perspectiva de uma educação inclusiva e antirracista, sendo resultado da mobilização dos movimentos sociais em torno da pauta da inclusão da temática negra e indígena na educação, porém, o ensino de história e cultura indígena na educação básica ainda representa um desafio, nesse sentido, ainda é necessário percorrer um longo caminho para a concretização das determinações legais.

A constatação dessas problemáticas que envolvem o ensino de história e cultura indígena foram percebidas a partir da experiência no Programa Institucional de Bolsas Iniciação à Docência (PIBID) da Universidade Estadual da Paraíba. No âmbito do programa

¹ Graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, pedrosdiniz06@gmail.com

² Graduando do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, thekingmetu@gmail.com

³ Professora Dr^a do Curso de História da Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, patriciaaragao@servidor.uepb.edu.br

foram realizados minicursos para as turmas do Ensino Médio da ECIT Willians de Sousa Arruda, localizada em Campina Grande - PB, planejadas pelas equipes de bolsistas designados para atuar na escola.

A Importância desta pesquisa decorre da relevância social das questões que envolvem a luta dos povos indígenas pela afirmação das suas identidades, que por muito tempo foram negadas ou representadas a partir de estereótipos. Além disso, a discussão sobre a experiência pode ajudar outros docentes e licenciandos a pensarem em abordagens inovadoras para a inserção do ensino de história e cultura indígena nas escolas, contribuindo para a reflexão em torno das possibilidades metodológicas envolvendo a temática.

Considerando as questões relacionadas a discussão sobre os povos indígenas na educação básica, esta pesquisa tem como objetivo compreender como é possível ensinar a história e cultura indígena no Ensino Médio a partir da perspectiva cultural, alinhada a essa discussão buscamos entender o panorama histórico da inserção da temática indígena na educação básica, explicar como a história e cultura dos povos indígenas pode ser ensinada por meio de suas expressões artísticas, e pensar a partir da experiência do minicurso, se é possível dizer que houve avanços no ensino de história indígena no Brasil.

Nesta pesquisa utilizamos a análise qualitativa, quanto aos procedimentos de coleta, optamos pela pesquisa bibliográfica e documental, nesse sentido, empreendemos uma discussão teórica sobre o ensino de história indígena no Brasil e a análise dos dados obtidos no decorrer do processo de planejamento do minicurso, que serviram de subsídios para pensar a questão na atualidade.

A discussão em torno do Ensino de História e Cultura indígena é atravessada pela reflexão sobre o lugar dos povos indígenas na História ensinada na educação básica e no papel social da escola. Verificando a permanência de um caráter excludente e eurocêntrico do ensino na educação básica, marcado pela colonialidade, destacamos a necessidade de ressignificação da escola a partir dos princípios de inclusão, diversidade e igualdade.

A partir da pesquisa constatamos a importância de iniciativas voltadas para o ensino de história e cultura indígena nos programas de formação inicial de professores, tanto no combate ao racismo e os estereótipos sobre os povos indígenas, como na formação de professores, a partir de ações formativas sobre a temática indígena em sala de aula. Contudo, entendemos que ainda é preciso expandir essas ações e trabalhar a história dos povos indígenas no âmbito de todo o ano letivo e não apenas em uma data específica, de modo a gerar um efetivo aprofundamento da temática.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada se sustenta numa pesquisa qualitativa, quanto aos procedimentos de coleta, compreende a pesquisa bibliográfica e documental. Primeiramente buscamos discutir as questões históricas e sociais que envolvem o ensino de história e cultura indígena no Brasil. Em seguida, empreendemos uma discussão sobre a experiência do minicurso “O grafismo como expressão da diversidade e da identidade cultural dos povos indígenas” realizado na ECIT Willians de Sousa Arruda, localizada na cidade de Campina Grande-PB, destacando o processo de planejamento, os caminhos metodológicos percorridos e o desenvolvimento do minicurso, abordando as possibilidades de ensinar a história dos povos indígenas a partir das suas expressões artísticas, com ênfase nos grafismos corporais e nas artes contemporâneas. Nesta parte, abordamos os conhecimentos prévios dos alunos a partir do questionário de sondagem da temática aplicado semanas antes da apresentação, servindo de subsídio para pensarmos como se configura o ensino da temática indígena passados quinze anos da aprovação da lei 11.645/2008.

REFERENCIAL TEÓRICO

Refletir sobre o ensino de história e cultura indígena na educação básica implica em pensar o papel social da escola e o lugar dos povos indígenas no currículo. Como destaca Silva (2013), a escola pode ser entendida como um espaço de reprodução das desigualdades presentes no sistema capitalista, por um lado por normalizar essas mesmas desigualdades, por outro, por encobri-las. Esse caráter excludente da escola é reforçado pela colonialidade presente no ensino, que em um processo análogo à colonização, subjuga, silencia e exclui os saberes e as identidades dos povos africanos e indígenas.

De um ponto de vista histórico, a abordagem superficial dos povos indígenas e africanos presente no ensino representa as marcas do passado colonial, “O conceito de colonialidade denuncia a continuidade dos processos de colonização, que supostamente teriam sido superados” (GOMES; FLORES; SILVA; CASAGRANDE, 2021, p.96), nesse sentido, o processo de instituição de uma cultura européia nos trópicos segue até a contemporaneidade, promovendo a exclusão de outras culturas formadoras da identidade brasileira através de uma

visão eurocêntrica da História, um fato que pode ser constatado na própria narrativa sobre a formação brasileira, que tem como mito fundador a “descoberta” do Brasil pelos portugueses⁴

É possível perceber a partir da perspectiva decolonial que a história transmitida nas escolas brasileiras manifesta uma tendência em priorizar a perspectiva do colonizador, uma marca do eurocentrismo presente no ensino de História da educação básica. Ao abordar o pensamento do teórico decolonial Rodolfo Kusch, Gomes et al. (2021), esclarece a distinção entre os conceitos da “grande história” e da “pequena história”.

A pequena história refere-se a narrativa e à perspectiva do colonizador europeu, é a história da elite, fala sobre o líder (herói); enquanto a grande história compreende diversas narrativas de comunidades e povos oprimidos, a vivência humana, a história real, a representação do todo está relacionado a sobrevivência da espécie (GOMES; FLORES; SILVA; CASAGRANDE. 2021, p.97).

Nesse sentido, uma parte significativa da história da formação brasileira é ignorada pela narrativa tradicionalmente transmitida nas escolas, que favorece a história e a identidade de uma elite⁵, as consequências da permanência dessa perspectiva é o silenciamento e invisibilização das identidades indígenas e africanas, desse modo, essa narrativa não desenvolve nos estudantes a consciência da diversidade presente no Brasil, além disso, a “pequena história” perpetua algumas distorções sobre a identidade dos povos indígenas.

Os estereótipos têm origem na pequena história e se perpetuam em razão dos interesses da colonialidade de poder. A visão construída dessa forma faz com que o indígena contemporâneo sofra críticas por viver em meio ao sistema capitalista, por estudar, por utilizar roupas, por se auto afirmar em sua diferença. Para o pensamento ocidental, os ameríndios deveriam permanecer estagnados no tempo, vivendo do mesmo modo que na ocasião da invasão europeia há 510 anos (GOMES; FLORES; SILVA; CASAGRANDE. 2021, p.100).

A partir disso, é possível afirmar que a forma descontínua pela qual os povos indígenas aparecem na História ensinada nas escolas, restritos ao momento do “descobrimento”, cria a ilusão de imobilidade desses povos, em razão de não apresentar com mais profundidade o seu desenvolvimento histórico.

⁴ Essa forma de conceber o ponto de partida da História do Brasil manifesta a permanência ainda marcante da perspectiva de autores como Varnhagen, em que o elemento exógeno português não é tratado como o estranho mas os povos nativos presentes no território, nesse sentido, Varnhagen era aquele que “olhava da caravela de Cabral para a praia, e via uma terra exótica povoada por alienígenas” (REIS, 1998, p. 71).

⁵ Uma visão presente na própria gênese da escrita da história brasileira e da construção da identidade nacional, uma responsabilidade atribuída ao IHGB. Tal identidade nacional, porém, era marcada por um caráter excludente, buscando uma identificação com a Europa, nesse sentido, “A Nação, cujo retrato o instituto se propõe traçar, deve, portanto, surgir como o desdobramento, nos trópicos, de uma civilização branca e européia” (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

As desigualdades e o racismo reproduzidos nas instituições escolares por meio de seus currículos eurocêntricos são problemáticas bastante evidenciadas pelos movimentos sociais, que denunciam os processos de exclusão e silenciamento provocados pelo caráter colonial do ensino, “Entre os mais representativos do Brasil, encontram-se os movimentos sociais negros e indígenas, que em suas articulações, vem alcançando grandes resultados materializados em políticas públicas para a educação” (SILVA, 2013, P. 102).

Foi a partir das lutas dos movimentos negros e indígenas que as leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 foram promulgadas, representando avanços significativos para a construção de uma educação mais inclusiva. As políticas valorativas voltadas para a educação buscam ressignificar as instituições escolares, como espaços que buscam construir valores fundamentados nos direitos humanos, na igualdade e no respeito às diferenças, através da valorização de povos que enfrentaram, e ainda enfrentam, um processo de negação de suas culturas e identidades.

Apesar da Lei nº 11.645/2008 representar um avanço importante para um ensino antirracista na educação básica, é necessário considerar os distanciamentos entre a obrigatoriedade legal e a sua efetivação na realidade escolar. Primeiramente, é preciso levar em conta a formação dos professores no ensino superior e a preparação destes para abordar a temática em sala de aula⁶. Além disso, o próprio interesse e o empenho da gestão e dos professores em trazer a discussão sobre a temática indígena para escola também é um fator que tem efeitos na efetivação das determinações legais (SILVA, 2013).

Considerando essas problemáticas, buscamos compreender como a iniciativa dos minicursos propostos no âmbito do PIBID contribuem para discussão da temática indígena na escola, a partir de uma perspectiva problematizadora, que tem como objetivo desconstruir estereótipos sobre os povos indígenas, apresentando sua história e cultura por meio de uma abordagem que busca afirmar sua diversidade e lutas históricas, nesse sentido, apresentamos os resultados obtidos a partir da pesquisa sobre a experiência do minicurso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta dos minicursos surgiu no âmbito das atividades do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) da UEPB, vinculado ao Abril indígena 2023,

⁶ Sobre essa questão, Gomes (2021, p. 103) ressalta que “Por não ter obrigatoriedade no currículo do Ensino Superior, muitos cursos inserem essas disciplinas como optativas. Dessa maneira, diversos docentes se formam sem o conhecimento necessário para trabalhar com o tema”

também promovido pela UEPB. No dia 23 de março, a professora supervisora do subprojeto passou as orientações para elaboração dos minicursos para os dez bolsistas. As equipes e duplas das escolas de Queimadas e Campina Grande poderiam escolher as temáticas inseridas em duas perspectivas, a primeira, a partir da discussão em torno dos direitos humanos, e a segunda, na perspectiva cultural.

O tema escolhido para o nosso minicurso foi “O grafismo como expressão da diversidade e da identidade cultural dos povos indígenas”. Partimos da perspectiva que a arte indígena, em especial, as pinturas corporais revelam aspectos significativos da identidade e da diversidade cultural dos povos indígenas, nesse sentido, entendemos que a utilização das artes dos povos indígenas no ensino de História representa uma possibilidade de evidenciar a diversidade étnica e o universo simbólico dos povos indígenas brasileiros, desse modo, “A pintura corporal para os índios têm sentidos diversos, não somente na vaidade, ou na busca pela estética perfeita, mas pelos valores que são considerados e transmitidos através desta arte” (RIBEIRO, 2012, p. 15), a partir dessa perspectiva, buscamos destacar na aula, os significados dos grafismos indígenas e as relações dessa forma de arte com a história, a espiritualidade e os costumes dos povos indígenas, a discussão também foi ampliada através da inserção das artes contemporâneas indígenas.

Após a definição da temática, a proposta do minicurso foi sistematizada em um plano de aula, estruturado em seis partes, sendo estas o resumo, objetivos, conteúdo programático, recursos, metodologia e referências. Como abordagem metodológica, optamos pela aula dialogada, buscando incentivar a participação dos ouvintes e o seu envolvimento com a discussão. Em relação aos recursos, devido a disponibilidade de televisores na sala da terceira série do Ensino Médio⁷ encontramos a possibilidade de utilização didática de slides e vídeos, um fator importante para a execução do minicurso, em razão da importância do recurso imagético na discussão da temática.

No que se refere a abordagem, buscamos desenvolver um aprofundamento da temática, trazendo uma discussão teórica sobre alguns conceitos que envolvem a discussão, como o significado de arte, identidade, etnia e diversidade cultural, de modo a desenvolver nos estudantes uma percepção ampliada das artes indígenas, entendido como um elemento que é atravessado por diversas questões referentes à história e a cultura dos povos indígenas, suas lutas pelo direito à terra e pela a afirmação de sua identidade.

⁷ A gestão da ECIT Willians de Sousa Arruda disponibilizou o horário da tarde entre as 13:30 às 16:45 do dia 19 de abril para a realização dos dois mini cursos elaborados pelos estagiários do PIBID das turmas da 1º e da 2º série, que seriam ministrados para as turmas do Ensino Médio. Além disso, a sala do terceiro ano foi reservada para acomodar os estudantes das três turmas, devido a sua capacidade.

A possibilidade de trabalhar os grafismos indígenas através de uma perspectiva abrangente se deve a própria complexidade dos sentidos atribuídos a essa expressão artística pelos povos indígenas, “A pintura corporal indígena é o elo de transmissão das informações, ricas em significados. É um sistema de comunicação visual, em que a maioria dos povos pinta seu corpo com significado da fauna, da flora, do rio, da floresta ou de objetos de uso cotidiano.” (RIBEIRO, p. 31, 2012), desse modo, a diversidade de significados possui uma relação com a própria diversidade dos povos indígenas. Em relação aos grafismos potiguaras, os sentidos atribuídos à essas representações se vincula, em alguns casos, com o próprio histórico de lutas pelo direito à terra dos povos potiguaras e a resistência a apropriação e exploração de seu território tanto no passado como no presente, como fica evidente em um dos grafismos potiguaras apresentados no minicurso, denominado caminhos de Monte-Mor.

Segundo Manoel, os indígenas de Monte-Mór e de Jacaré de São Domingos sofreram diretamente com a chegada da Companhia de Tecidos de Rio Tinto, que se apropriou das suas terras. Posteriormente as usinas Miriri e Japungu, produtoras de açúcar atuantes na região do Vale do Mamanguape, deram continuidade ao domínio das terras Potiguara para o plantio da cana-de-açúcar. Apesar de todos os eventos vivenciados, sempre houve resistência e uma busca constante pela melhoria do grupo [...]. Houve um período na região de Monte-Mór que os indígenas sofriam repressões e ataques por parte dos capitães que vinham das províncias. Para defenderem suas terras faziam emboscadas para matá-los e seguir em busca das terras sem males. Portanto, este grafismo significa proteção e a busca de uma terra sem males, sem brigas e sem conflitos. (MUNIZ; WANDERLEY, 2021, p. 13).

Uma semana antes da apresentação do minicurso, aplicamos um questionário de sondagem para os estudantes do Ensino Médio. A partir das respostas, foi possível verificar algumas questões sobre ensino de história e cultura indígena na atualidade. Por exemplo, em relação à pergunta “O que você aprendeu na escola sobre os povos indígenas?”, as respostas variaram entre aqueles que afirmavam que aprenderam quase nada ou não lembravam e entre os que disseram que aprenderam sobre os povos indígenas apenas no contexto da colonização, destacando o fato deles serem os “nossos povos originários”, “que eles foram os donos do Brasil”, “que sofreram muito no tempo da colonização”, porém, outros alunos afirmaram nos questionários que aprenderam sobre a diversidade dos povos indígenas, destacando que “São também povos que são ricos em culturas, línguas, costumes e que fazem parte da nossa história.”.

As respostas permitem fazer um diagnóstico sobre o ensino de história e cultura indígena na educação básica no contexto atual. A partir da análise, é possível concluir que alguns avanços foram alcançados na abordagem da temática, visto que alguns alunos afirmam ter aprendido sobre a diversidade étnica e como o processo de colonização foi prejudicial para

os povos indígenas, porém, é possível verificar que o ensino da temática indígena ainda se concentra apenas no contexto colonial, como fica evidente nas respostas dos alunos.

O ponto de partida da discussão foi o próprio conceito de arte, nesse sentido, buscamos desconstruir uma percepção eurocêntrica de arte, como definida a partir das ideias de harmonia e simetria, entendida como a representação da beleza no sentido ocidental, desse modo, apresentamos algumas obras ocidentais, africanas e indígenas de modo a evidenciar que a diversidade também se manifesta na arte, e que esta não se reduz a um ideal único de beleza.

Os estudantes quando questionados no início sobre o que eles entendiam por “arte”, muitos manifestaram uma percepção muito próxima da visão eurocêntrica sobre o sentido de arte, a partir disso, buscamos apresentar uma perspectiva ampliada de arte, enfatizando que esta também possui uma dimensão simbólica, desse modo, foi possível abordar o significado do grafismo na arte indígena. De modo a desenvolver uma visão ampliada sobre o sentido dessa arte para os povos indígenas, buscamos destacar os conceitos de Etnia e Identidade, de modo a evidenciar que a arte também pode ser entendida como a expressão da identidade étnica de um povo.

Em seguida, teve início um segmento do minicurso direcionado ao tema “Povos originários e comunidades tradicionais”, partindo de um questionamento direcionado aos alunos, “quem foram os primeiros habitantes do nosso território?”. A partir dessa indagação buscamos verificar os conhecimentos prévios dos alunos sobre a temática. Alguns alunos relataram já terem visto algo sobre o conteúdo, porém não lembravam o que definia os povos indígenas como povos originários; a partir desse fato, abordamos a relação ancestral dos povos indígenas com o Brasil, e como há uma diversidade étnica e cultural em nosso país.

Continuando a discussão, abordamos a comunidade indígena Dessana Tukana, localizada em Manaus (AM), com o propósito de exemplificar o que são as comunidades tradicionais, caracterizando essas comunidades como grupos socialmente diferenciados, com suas características culturais e econômicas próprias, além de uma forte relação com a natureza, da qual dependem dos seus recursos para a subsistência.

Foram trazidos outros exemplos de comunidades tradicionais presentes em diversas regiões do Brasil, a exemplo das Catadoras de mangaba, Ribeirinhos, Pomeranos, Ciganos e Quilombolas, em que os alunos puderam relatar suas experiências com a comunidade quilombola do Grilo, localizada em Riachão do Bacamarte (PB) que haviam visitado no ano anterior, foi traçado um paralelo das falas dos alunos sobre aquela viagem e aquilo que haviam entendido sobre a cultura daquela sociedade. Fez-se necessário explicar como podem

existir diferenças entre comunidades, assim, foi apresentada à comunidade Itamatatua residente na ilha de Alcântara (MA) suas tradições e meios de subsistência para enfatizar, essa diversidade e como defini-la.

Partindo dessas exemplificações da diversidade cultural presente no Brasil, foi iniciado outro tópico do minicurso “A diversidade cultural indígena”. Nesse momento discutimos os troncos linguísticos indígenas presentes em cada região do Brasil, e como esses mais de 300 povos possuem particularidades culturais e costumes distintos. Com a discussão de ritos culturais presentes em diversas etnias, como a Toré, Acyigua e o Kuarup, foi possível que os alunos identificassem características culturais únicas e as tradições religiosas de alguns desses povos indígenas.

Na discussão em torno da diversidade cultural, foi aprofundada a temática da “Arte indígena como manifestação da identidade” nesse momento os alunos foram capazes de perceber a existência de uma diversidade étnica e cultural a partir das expressões artísticas. Foram apresentadas imagens das artes indígenas, na primeira parte um Cesto Kaingang, Maracá Guarani, uma Cerâmica Tapajônica e a arte plumária Potiguara. Através dessa associação entre as artes e os povos que as produziram, os alunos perceberam que “não é uma coisa só” como um dos estudantes pontuou durante o minicurso.

A segunda parte foi direcionada à arte indígena contemporânea. Apresentamos obras de artistas que pudessem capturar ainda mais a atenção dos alunos, a primeira foi Emerson Munduruku⁸ também conhecida como Uýra Sodoma, que através das suas performances mostra a arte LGBT em defesa da flora, da fauna e do povo indígena. Outra artista utilizada foi Daiara Tukano⁹, que possui uma longa carreira na área da pintura, com diversos quadros apresentados em várias edições da Bienal de São Paulo, tendo a maior pintura de mural feita por um artista indígena, no mundo.

A última produção utilizada nesse segmento do tema, foi a música de abertura do festival Global Citizen 2021¹⁰, com a participação de artistas indígenas dos povos Yawanawá, Guarani e Huni Kunin, do álbum “O futuro é ancestral” que será lançado pelo DJ Alok. Esse festival apresentou para o mundo, em uma live com mais de 164 mil pessoas, os povos indígenas brasileiros. Uma visibilidade e reconhecimento que para Alok se mostrava uma necessidade

⁸ Foram utilizadas imagens da série Elementar publicadas em 2017 e da série Mil [quase] mortos de 2018.

⁹ As obras utilizadas foram “Dabucuri no céu” (2021), exposta na 34ª Bienal de São Paulo, e “Selva Mãe do Rio Menino”, produzida para o CURA - Circuito Urbano de Arte 2020.

¹⁰ Global Citizen Live, transmitido direto da Amazônia em 2021.

Desde que tive contato com a cultura dos povos originários, entendi a importância da preservação e disseminação de seus conhecimentos e de desconstruirmos conceitos, crenças e narrativas que contaminam a visão que adultos e jovens do meu país e de todo o mundo têm sobre os indígenas.

Ao longo da apresentação houve uma participação significativa dos alunos, com questionamentos e suas percepções e definições a respeito dessa diversidade cultural indígena e da concepção do ser "índio", algo que foi bastante discutido de modo a permitir que os alunos pudessem repensar algumas de suas visões sobre esse tema, e desconstruir estereótipos ainda existentes na sociedade.

A parte seguinte do minicurso foi dedicada à discussão sobre os grafismos na cultura dos povos potiguaras da Paraíba. Primeiramente abordamos a historicidade dos grafismos em sua cultura, destacando a especificidade dessas representações, cujo desenvolvimento está inserido no contexto contemporâneo. Evidenciamos, porém, que os grafismos potiguaras são um elemento significativo de sua cultura, expressando a identidade da etnia, os seus valores e saberes ancestrais, espiritualidade e sua história de lutas pela demarcação das suas terras e resistência à exploração e apropriação de seus territórios.

Esses elementos que caracterizam as representações potiguaras foram evidenciados a partir da apresentação dos grafismos e seus significados. No minicurso apresentamos dez grafismos dos povos potiguaras, sendo estes, “Colméia”, “Folha de Jurema”, “Salamandra”, “Coral potiguara”, “Garapirá”, “Terra fértil”, “Camarão”, “Ecologia”, “Caminhos de Monte-Mór”, e “Cerâmica potiguara”¹¹. Nesse momento, buscamos estimular a interpretação dos estudantes, incentivando os mesmos a associar os nomes dos grafismos, as imagens e os seus significados, essa dinâmica possibilitou um envolvimento maior dos estudantes com o tema, as respostas foram criativas e se aproximaram dos seus significados, como nos casos dos grafismos “Colmeia” e “Folha de jurema”, em que os estudantes associaram os símbolos as ideias de “união” e de “plantas medicinais”.

A partir das interpretações dos alunos, buscamos um aprofundamento dos significados dos grafismos, destacando a sua dimensão espiritual, sua relação com a cultura, a história dos potiguaras, as lutas pela demarcação e reconhecimento de suas terras ancestrais e a resistência aos processos de exploração econômica dos seus recursos. Também enfatizamos a denúncia que esses grafismos expressam em relação a violência, a dominação e as consequências ambientais do extrativismo.

¹¹ Utilizamos como fundamento para a nossa apresentação os significados descritos na pesquisa de Erika Danielly Florêncio Pereira Muniz e Ingrid Moura Wanderley intitulada “A dor de um é a dor de todos: identidade e cultura Potiguara nos grafismos indígenas”.

Os resultados obtidos a partir da experiência do minicurso permitiram perceber as potencialidades do ensino de história e cultura indígena a partir da perspectiva cultural, como um caminho possível para a discussão da temática no Ensino Médio através de uma abordagem que busca estabelecer uma conexão entre a arte dos povos indígenas e suas identidades, práticas culturais, valores, saberes ancestrais e suas lutas históricas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da reflexão em torno da experiência do minicurso é possível concluir que a abordagem da temática indígena a partir da perspectiva cultural possibilitou a discussão de vários aspectos dos povos indígenas. Concluímos que a discussão da história e cultura dos povos indígenas a partir de suas artes se constitui como um direcionamento que apresenta um grande potencial didático, devido a riqueza de significados presente nas artes dos povos indígenas, possuindo uma relação direta com os valores sociais e espirituais de uma determinada etnia, além de ser uma expressão de sua identidade cultural e de sua história, desse modo, foi possível abordar a cultura indígena associado ao conceito de diversidade étnica e cultural, juntamente com a discussão em torno da luta histórica dos povos indígenas.

Enfatizamos que propostas de atividades desenvolvidas no âmbito dos programas de formação inicial de professores envolvendo a temática indígena se constituem como iniciativas importantes em dois sentidos, primeiramente, na ampliação da discussão sobre a história e a cultura indígena na educação básica, em segundo lugar, no aspecto da formação inicial dos professores, que adquirem uma capacitação para abordar a temática indígena em sala de aula.

Apesar de iniciativas como estas como foram desenvolvidas no âmbito do PIBID representarem um esforço importante na superação de uma perspectiva estereotipada sobre os povos indígenas, contribuindo na construção de um ensino voltado para a valorização da diversidade cultural, é preciso ressaltar que ainda é necessário ações ampliadas na superação da colonialidade presente nos currículos escolares, devido a sua permanência marcante mesmo no contexto atual, nesse sentido, a discussão sobre os povos indígenas não deve ficar restrita a uma única atividade em uma data específica, mas ser ampliada no âmbito de todo o currículo escolar como determina a Lei 11.645/2008, de modo a superar um ensino da temática indígena que se concentra apenas na discussão desses povos no contexto da colonização.

REFERÊNCIAS

GOMES, Luana Barth ; FLORES, Cristine Gabriela de Campos ; SILVA, Gilberto Ferreira da ; CASAGRANDE, Cledes Antonio. POR UMA ESCOLA INTERCULTURAL: A SALA DE AULA COMO LUGAR DE MUITAS HISTÓRIAS. Revista Inter Ação, Goiânia, v. 46, n. 1, p. 95–112, 2021. DOI: 10.5216/ia.v46i1.65079.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o Projeto de Uma História Nacional. ESTUDOS HISTÓRICOS, v. 01, n.01, p. 5-27, 1988.

MUNIZ, Erika Danielly Florêncio Pereira; WANDERLEY, Ingrid Moura. A dor de um é a dor de todos: identidade e cultura Potiguara nos grafismos indígenas. Design em Questão, v. 1, n. 2, p. 3-16, dez. 2021.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907). O surgimento de um povo novo: O povo brasileiro. Revista de História (USP), São Paulo, n.138, p. 63-82, 1998.

RIBEIRO, Maristela Maria. Grafismo Indígena: Influência do grafismo corporal. 2012. 60 f. Monografia (Licenciatura em Artes Visuais). Instituto de Artes da Universidade de Brasília. Brasília.

SILVA, Ana Clara Oliveira da. A implantação da Lei 11.645/2008 no Brasil: um histórico de mobilizações e conquistas.. In: SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da.. (Org.). A temática indígena na sala de aula: reflexões para o ensino a partir da Lei 11.645/2008. 1 ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2013, v. 1, p. 101-136.